

CLAUDIA LAHNI

# ENSINO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROL DA CIDADANIA

*ENSEÑANZA DE COMUNICACIÓN COMUNITARIA  
EN FAVOR DE LA CIUDADANÍA*

*COMMUNITY COMMUNICATION TEACHING IN  
FAVOUR OF CITIZENSHIP*

*Recebido em: 28 nov. 2015*

*Aceito em: 30 abr. 2016*

Claudia Lahni: Universidade Federal de Juiz de Fora  
(Juiz de Fora-MG, Brasil)  
Professora Associada da UFJF; Pós-doutora em  
Comunicação pela UERJ; doutora e mestra em  
Ciências da Comunicação pela USP; especialista em  
Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero; jornalista  
formada pela PUC-Campinas.  
Contato: [lahni.cr@gmail.com](mailto:lahni.cr@gmail.com)

ISSN (2236-8000)

políticas de comunicação

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre o ensino de Comunicação Comunitária em cursos de graduação no Brasil, considerando a importância da disciplina na formação de jornalistas em prol da cidadania ativa e democrática. Tem-se como base conceitos de cidadania, comunicação para a cidadania e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo. A pesquisa quer contribuir com as reflexões a respeito do ensino de jornalismo, no momento em que são debatidas e implantadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área. Entre outras ações, foi realizada pesquisa bibliográfica em periódicos acadêmicos entre os anos de 2009 e 2012. A observação indicou uma ausência parcial do debate sobre ensino de jornalismo e de teorias anti-hegemônicas. Também foi elaborado um panorama do ensino de Comunicação Comunitária nos cursos de Jornalismo, no Brasil, a partir de investigação junto aos sites do MEC e de centros, faculdades e universidades, em um total de 27 cursos, sendo um de cada Estado e do Distrito Federal. Percebeu-se que a Comunicação Comunitária está presente em 13 dos 27 cursos e, em quase a totalidade dos cursos, constam disciplinas relacionadas com a comunicação para a cidadania.

**PALAVRAS-CHAVES:** Comunicação Comunitária; Cidadania; Ensino de Jornalismo.

## RESUMEN

Este trabajo presenta un estudio sobre la enseñanza de la comunicación comunitaria en cursos de pregrado en Brasil, teniendo en cuenta la importancia de la disciplina en la formación de los periodistas en favor de la ciudadanía activa y democrática. Se ha basado en conceptos de ciudadanía, la comunicación para la ciudadanía y las nuevas Directrices Curriculares Nacionales para cursos de postgrado en periodismo. La investigación tiene como objetivo contribuir a las reflexiones sobre la escuela de periodismo en el momento en que se analizan e implementan nuevas Directrices Curriculares Nacionales para cursos de pregrado en el área. Entre otras acciones, la búsqueda bibliográfica se realizó en revistas académicas entre 2009 y 2012. El aviso indica ausencia parcial del debate sobre el periodismo enseñanza y teorías anti-hegemónicas. También se preparó un panorama de la educación Comunicación comunitaria en cursos de periodismo en Brasil, a partir de la investigación junto con los sitios MEC y centros, colegios y universidades, para un total de 27 cursos, uno por cada estado y el Distrito Federal. Se consideró que la Comunicación de la Comunidad está presente en 13 de los 27 cursos, y casi todos los cursos incluye disciplinas relacionadas con la comunicación para la ciudadanía.

**PALABRAS-CHAVES:** Comunicación Comunidad; Ciudadanía; Periodismo Educación.

## ABSTRACT

This paper presents a study on the teaching of Community Communication in undergraduate courses in Brazil, considering the importance of discipline in the training of journalists in favor of active and democratic citizenship. It has been based on concepts of citizenship, communication for citizenship and the new National Curriculum Guidelines for graduate courses in journalism. The research aims to contribute to the reflections on the journalism school at the time they are discussed and implemented the new National Curriculum Guidelines for graduate courses in the area. Among other actions, bibliographic search was done in academic journals between 2009 and 2012. The observation indicated partial absence of debate on teaching journalism and anti-hegemonic theories. Also prepared an overview of the Community Communication education in journalism courses in Brazil, from research together with the MEC sites and centers, colleges and universities, for a total of 27 courses, one from each state and the District Federal. It was felt that the Community Communication is present in 13 of the 27 courses, and almost all the courses are laid disciplines related to communication for citizenship.

**KEYWORDS:** Community Communication; Citizenship; Journalism Education

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa partiu das seguintes premissas: a comunicação é central na sociedade contemporânea; o jornalismo é fundamental para o acesso ao direito à informação – sendo este direito e o direito à comunicação imprescindíveis para o exercício da cidadania democrática; como previsto no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o/a jornalista tem como dever defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual – podemos entender – apregoa o direito à comunicação.

Com esses e outros pontos que relacionam a comunicação e o jornalismo ao exercício e ao respeito aos direitos humanos, buscou-se saber como o ensino de comunicação e/ou jornalismo comunitário contribui para a formação (integral e ética) do jornalista profissional. Investigou-se como a Comunicação Comunitária está organizada em currículos e em práticas cotidianas no ensino de jornalismo no Brasil. Consideramos a importância do ensino e da prática da Comunicação Comunitária, a qual definimos como aquela constituída por iniciativas populares (jornais e outras) e orgânicas aos movimentos sociais, segmentos populacionais organizados e ou organizações civis sem fins lucrativos (PERUZZO, 2008).

As respostas a essas questões fundadoras foram buscadas com o desenvolvimento de procedimentos em três etapas. Na primeira delas, foi realizada uma revisão bibliográfica com a abordagem dos temas ensino de jornalismo, ensino de comunicação comunitária, formação universitária, currículo e parâmetros curriculares para o ensino de jornalismo. Tal pesquisa foi feita, principalmente, na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, na Revista da Intercom e na E-Compós (revista da Compós), nos anos 2009, 2010, 2011 e 2012. Esse primeiro ano foi definido, pois em 2009 foi realizada a 1ª. Conferência Nacional de Comunicação; em 2009 foi decretado o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão (o retorno da obrigatoriedade do diploma é ainda debatido, no Congresso Nacional); e, em 2009, o governo convocou uma comissão de especialistas da área para discutir o currículo de jornalismo.

Na segunda etapa da pesquisa, foi organizado um panorama nacional do ensino de comunicação comunitária nos cursos de jornalismo no Brasil. Foram visitados sites do Ministério da Educação, de cursos, faculdades e universidades, em busca de currículos da graduação em jornalismo. Como amostra, verificamos a organização sobre o tema em questão em uma universidade de cada Estado do país e do Distrito Federal.

Realizou-se uma terceira etapa de ações da pesquisa, em que foram feitas entrevistas com docentes de comunicação comunitária (e disciplina similar) e coordenadores/a de cursos de jornalismo, a qual não será apresentada neste artigo<sup>1</sup>.

## CIDADANIA, COMUNICAÇÃO, COMUNITÁRIA

Em texto que é fruto de uma palestra para professores/as sobre Indústria Cultural, Anamaria Fadul (1994: 53) adverte que é preciso conhecer para transformar: “A Educação pressupõe o diálogo constante

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na Divisão Temática Comunicação e Cidadania do XIV Congresso Internacional IBERCOM, ocorrido na Universidade de São Paulo, de 29 de março a 02 de abril de 2015.

<sup>2</sup> Proposta e projeto completos disponíveis em [www.paraexpressarliberdade.org.br](http://www.paraexpressarliberdade.org.br) – acesso em 08/06/2013.

entre presente, passado e futuro”, por isso Escola e Educação precisam caminhar junto com a Comunicação. Fadul identifica a existência de um conflito ainda bastante presente entre Escola / Meios de Comunicação de Massa (MCM) e Escola / Indústria Cultural. Nosso entendimento é que, nesses campos, podemos contribuir enquanto docentes, de modo a formarmos turmas críticas com elementos, capacidade, para intervir nos meios de comunicação e na Indústria Cultural de modo geral. O conflito sempre haverá, mas há necessidade de conhecer a história e tentar contribuir em prol da democratização e da construção de uma sociedade igualitária – para a qual a Educação e a Comunicação são fundamentais.

Concordamos com Fadul de que é preciso decifrar os meios de massa e colocá-los a serviço de outra Educação e de outra televisão, “não aceitar a TV que está aí” (FADUL, 1994: 59). É preciso trabalhar a informação contextualizada, conhecer a Indústria Cultural de outros países de modo a verificar como é possível fazer com que as pessoas tenham maior controle do que assistem na TV.

Para Grossberg, Wartella, Whitney e Wise (2006), autores do livro *Media Making*, os seres humanos sempre viveram em um mundo de comunicação: os meios de comunicação tornaram-se parte inseparável da vida das pessoas, de seu senso de quem são e do seu sentido de história ao responderem cada vez mais pelas imagens e trilha sonora na memória das pessoas. No Brasil, isso remete à importância da democratização da comunicação, uma vez que os meios de comunicação reproduzem, por vezes, unilateralmente as suas relações com o contexto.

Fadul (1994) salienta a necessidade de conhecer e interferir na indústria cultural, em especial com trabalho interdisciplinar entre comunicação e educação. Com base nessas e especial com trabalho interdisciplinar entre comunicação e educação. Com base nessas e em outras idéias, como mencionado, assim como lembrando ações do movimento social popular, refletimos sobre a importância da comunicação, do ensino de jornalismo e da comunicação comunitária para o exercício da cidadania ativa e democrática.

Nesse sentido, vale lembrar que em agosto de 2012, data que marcou os 50 anos do Código Brasileiro de Telecomunicações, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e entidades do movimento social popular (entre as quais a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, Associação Brasileira de Imprensa, Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, União Brasileira de Mulheres) lançaram a Campanha Para Expressar a Liberdade, com a proposta de construção de um país mais democrático e desenvolvido, a partir da garantia do direito à comunicação para todas as pessoas, o que se busca com uma lei de iniciativa popular que estabeleça a democratização da comunicação com a representação das minorias na mídia<sup>2</sup>.

A Campanha estimula o debate em torno do tema e busca assinaturas para um projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, na defesa da “promoção e garantia dos direitos de liberdade de expressão e opinião, de acesso à informação e do direito à comunicação” e pela pluralidade de ideias e diversidade. A Campanha vai ao encontro do estabelecimento de um Marco Regulatório da Comunicação para o

Brasil.

Situação semelhante foi vivida há pouco pela Argentina, que tem a continuidade do debate, central para a sociedade contemporânea e, portanto, nada simples que se encerre com rapidez. Na vizinha Argentina, em que se pese que o governo ainda enfrentava entraves judiciais com empresas do setor, em especial o Grupo Clarín, em função da entrada em vigor da legislação, a Ley de Medio foi sancionada em 2009, pela então presidenta Cristina Kirchner, depois de longo debate nacional envolvendo movimentos sociais, representantes da academia e empresários (SOARES, 2013).

Como na Argentina, no Canadá, na França e diversos outros países, o que se busca – por exemplo, a partir da Campanha Para Expressar a Liberdade – é o debate e a definição de um Marco Regulatório da Comunicação no Brasil, com participação popular. Não é de hoje que, por exemplo, pesquisadoras, feministas e movimento social popular apontam a necessidade e reivindicam leis que garantam a visibilidade de mulheres (gênero que forma uma minoria social, ainda que maioria numérica) na mídia de maneira a contribuir para a expressão do que vem ocorrendo no mundo – com mulheres protagonizando diferentes papéis sociais em diferentes áreas – e, assim, contribuam para a cidadania feminina.

Entendemos o debate a respeito da comunicação e sua regulamentação, pois esta é fundamental na sociedade contemporânea. Podemos afirmar que a comunicação é a praça pública na atualidade, daí sua importância para visibilidade e discussões de ideias, grupos e suas questões. Nos meios de comunicação – tanto os massivos como os alternativos – as pessoas têm especial acesso à informação, direito previsto na Constituição.

Assim, dada a importância da informação na vida em sociedade, esta é considerada um direito, porta a outros direitos e, portanto, fundamental para o exercício da cidadania. Afinal, se alguém não tem informações sobre seus direitos como vai buscá-los? Cidadania é aqui considerada como o exercício de direitos – civis, políticos e sociais –, luta pela manutenção e ampliação desses direitos (MANZINI-COVRE, 1995).

A informação faz parte da primeira geração dos direitos humanos, o direito que se tem de ser informado, o qual nas democracias representativas de massa tende a ser extremamente amplo, mas “será sempre insuficiente” (RAMOS, 2005: 245).

Considerando isso, entre os anos 1960 e 70, a partir da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), “emergiu rica discussão sobre a comunicação e seu papel para o fortalecimento da democracia”. O principal momento deste debate foi a apresentação, em 1980, do relatório da comissão presidida pelo jurista e jornalista irlandês Sean MacBride, com o título “Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época”. Muito se discutiu, mas quase nada se avançou, porque a comunicação sempre é considerada estratégica para os governos. De acordo com o autor, “para o pensamento neoliberal que então começava seu período de hegemonia, era absurdo se pensar a comunicação na ótica de políticas nacionais. Mais absurdo ainda era pensar a comunicação como um direito mais amplo do que o consagrado, mas restritivo, direito à informação” (RAMOS, 2005: 246).



Em trabalho no qual apresenta estudo de material produzido pelos integrantes (e assessores técnicos) da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, instalada no âmbito da UNESCO em 1977, sob a coordenação de Sean Mac Bride, Sonia Virgínia MOREIRA (2010: 18-19) aponta que “mais de três décadas depois é possível constatar que permanecem atuais muitos dos textos produzidos no período em que as relações entre países estavam ainda polarizadas pela Guerra Fria”. Conforme a autora, em termos mundiais, existe um banco de dados essencial para compreender os diversos contextos em que se enfrentaram os blocos distintos de países no âmbito das Nações Unidas. “Há mais de 60 anos, a Unesco resume os principais debates travados no contexto da Comunicação Internacional. Os Meios de Comunicação constavam da agenda da organização já nas Conferências Internacionais de 1948, em Beirute”, conta. Tal debate tem especial destaque, no final da década de 1970 e início dos 80, com a publicação do Relatório Mac Bride.

Esse debate volta com força, no final do século passado, muito impulsionado pelas novas tecnologias da comunicação, especialmente a internet. Para Ramos (2005: 247), com as novas tecnologias e a internet, é “imperativo retomar o debate sobre o direito à comunicação enquanto um novo direito humano fundamental”.

Tais reflexões também aparecem (anteriormente e de outra forma) em obras de autores que muitas vezes são base para as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Norberto Bobbio (1992: 24) defende a importância da comunicação para a cidadania. O autor pondera que ainda há muito a fazer pela garantia aos direitos humanos: “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. É dessa forma se encontram os direitos à informação e à comunicação.

Para Maria de Lourdes Manzini-Covre (1995: 11), “cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”. Entretanto, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência”. A cientista social considera a informação sobre direitos fundamental para o exercício da cidadania.

Essa importância da informação e da comunicação para a cidadania motiva teoria e ações reivindicativas. PERUZZO (2004: 54- 55) aponta que “aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos mesmos [meios de comunicação popular/comunitária] como um direito de cidadania” e o crescimento em favor do direito à comunicação. A autora ressalta o trabalho da Campanha Cris (Communication Rights in the Information Society) – Direito à Comunicação na Sociedade Informacional, um movimento que tem à frente organizações não governamentais da comunicação e dos direitos humanos, “com a finalidade de discutir a democratização das tecnologias de informação e comunicação (TICs)”.

No Brasil, tivemos a organização da Cris – seção nacional. Como essa, outros grupos (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Centro de Mídia Independente, Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social), com constituição mais antiga, atuam pela democratização da comunicação. Essas entidades e outras do movimento

social popular (como sindicatos de trabalhadores, grupos feministas e associações diversas) conquistaram, junto ao governo federal, a realização, em 2009, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, com conferências municipais e estaduais, que debateram a comunicação no Brasil e definiram diretrizes para a mesma, em busca de sua democratização. A participação dos movimentos sociais populares decorre do entendimento sobre a necessidade da comunicação para o exercício da cidadania.

Ao encontro disso, avaliamos que a disciplina Comunicação Comunitária tem importância na formação de jornalistas no sentido de contribuir para o exercício do direito à comunicação, principalmente das minorias sociais. Consideramos a centralidade do Direito Humano à Comunicação para a realização plena de toda pessoa e à necessidade do exercício da cidadania ativa e democrática. Trata-se da importância da democratização da comunicação para a democratização da sociedade.

Vale ressaltar que o direito à comunicação é aqui entendido, portanto, tendo em vista a centralidade da comunicação na sociedade contemporânea, como um direito fundamental, que vai garantir mais do que a informação (que chega), garantirá o poder de fala de pessoas e grupos, que precisam ver e ouvir seus temas e ideias em debate. O objetivo é a pluralidade de vozes e, assim, a visibilidade para a identidade e cidadania democrática de grupos diversos, em especial os minoritários. Entendemos que hoje a Comunicação Comunitária é esse espaço para o exercício do direito à comunicação, que constrói a democratização da comunicação, com a sua existência – como espaço democrático e como incentivo ou pressão para a mídia massiva pela democratização.

Também nessa linha, pensando na centralidade da comunicação e em sua importância para o exercício da cidadania, consideramos que os cursos de graduação em jornalismo têm um papel fundamental na formação de profissionais que atuem de maneira a contribuir para a democratização da comunicação e esta em favor de uma sociedade mais justa. Sabemos, entretanto, que, no Brasil, a concentração dos meios de comunicação de massa, com a existência de oligopólios de comunicação e a prevalência da liberdade de empresa (não de imprensa) acaba influenciando cursos, que direcionam a formação do profissional para este mercado de trabalho. Dessa forma, avaliamos que o debate sobre tal situação, nos cursos de jornalismo, se dá especialmente na disciplina de Comunicação Comunitária.

Essa disciplina compõe o currículo de alguns cursos de Comunicação Social no Brasil, como disciplina regular ou como oferta optativa, conforme Miani (2010: 1- 2). Entretanto, concordamos com o autor que, embora não seja “prerrogativa exclusiva da disciplina de Comunicação Comunitária proporcionar aos estudantes da área uma reflexão crítica e emancipadora em relação ao campo da Comunicação, muito menos em relação à própria sociedade”, isso é o que acaba ocorrendo.

Assim, na busca por refletir sobre as questões aqui colocadas, procurou-se saber como o ensino de comunicação e ou jornalismo comunitário contribui para formação (integral e ética) do jornalista profissional. Como a comunicação comunitária está organizada em currículos e em práticas cotidianas no ensino de jornalismo no Brasil?

## O ENSINO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM PESQUISAS

Na primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica tendo como fontes a *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* (publicada pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), a *E-Compós* (publicada pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós) e a *REBEJ* (Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, publicada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo – FNPJ). São periódicos vinculados a três das principais entidades científicas da área, referências no País. Os dados da revisão bibliográfica, aqui abordada, representam a primeira etapa da investigação, que localizou artigos sobre os temas mencionados anteriormente – ensino de jornalismo, ensino de comunicação comunitária, formação universitária, currículo e parâmetros curriculares.

<sup>3</sup> <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/index>. Acesso em 8, 9, 10 e 11 de jul 2013.

A *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* é uma publicação semestral, em versões impressa e online. No período definido de quatro anos foram pesquisados artigos publicados em oito edições da Revista, localizados por meio do sistema de busca do próprio *site* da publicação<sup>3</sup> e pela leitura do sumário, palavras-chave e resumos de cada edição. Como resultado, três textos se encaixaram no contexto pré-definido desta investigação. Assim, como veremos a seguir, tratam-se de importantes contribuições para a reflexão sobre o ensino de Comunicação, porém não debatem o ensino de Comunicação Comunitária, o que – pelos números – consideramos poucos artigos a respeito de ensino e ainda mais insuficientes quanto à Comunicação Comunitária.

“Ensino de rádio: uma proposta pedagógica no contexto da multiplicidade da oferta”, de Luiz Artur Ferraretto, publicado em 2009, reflete sobre o ensino de rádio e indica o ensino específico para rádio comunitária e educativa nos cursos de graduação em rádio. O autor critica o ensino voltado quase exclusivamente para o mercado e cita Peruzzo para destacar a importância do ensino voltado para o trabalho em emissoras comunitárias, mas não apresenta ensino de jornalismo ou comunicação comunitária entre as suas palavras-chaves e não aborda a disciplina Comunitária.

O texto “Para que servem os cursos de Jornalismo?”, de Andréa Aparecida da Luz, foi publicado em 2010. Trata-se de uma resenha do livro *A escola de jornalismo: a opinião pública*, de Joseph Pulitzer, publicado em 2009, pela Editora Insular. Escrito em 1904, o livro é uma defesa da criação da Escola de Jornalismo na Universidade Columbia e no espaço da resenha a autora também defende a existência das escolas de jornalismo.

O artigo “Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional”, de Cristiane Hengler Corrêa Bernardo e Inara Barbosa Leão, foi publicado em 2012, na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Resultado da tese de doutorado em Educação, de Cristiane Bernardo, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2010, o artigo apresenta as matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo no Brasil como objeto da investigação. Conforme o artigo, o ‘retrato nacional’ mostra a inexistência da disciplina Comunicação Comunitária



nos currículos.

Como a publicação científica oficial da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, a revista E-Compós tem formato eletrônico e periodicidade quadrimestral. Lançada em 2004, “tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior”, informa o site da Associação<sup>4</sup>. Seguindo os objetivos do projeto ao qual se vincula este artigo, analisamos as três edições anuais da E-Compós entre 2009 e 2012, totalizando 12 edições.

Em 11 das edições analisadas, não foi encontrado artigo que atendesse às definições da pesquisa. Separamos inicialmente um artigo, ainda que o mesmo não correspondesse totalmente ao objeto pesquisado. Em “A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões” (publicado na E-Compós em 2011), o professor José Luiz Braga apresenta como palavras-chaves Pesquisa em Comunicação, Metodologias, Currículo, Fundamentação Teórica, Observação Sistemática, Objeções. Nas palavras do autor, “o texto toma como eixo a questão prática de como fornecer, na realidade atual dos programas de pós-graduação em Comunicação, apoio para o encaminhamento metodológico adequado de teses e dissertações” (BRAGA, 2011: 1). Ele também defende que pesquisas empíricas são um processo formativo essencial para mestrands e doutorandos, com o foco na pós-graduação. Dessa forma, a partir da presente pesquisa, encontramos mais essa importante reflexão de Braga. No entanto, de um modo geral, o que se nota é a expressão de uma não preocupação quanto ao ensino, ao menos nesse espaço, considerando-se os temas de artigos publicados na E-Compós.

A *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, outra fonte de nossa pesquisa, é publicada pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Lançada em 2007 é quadrimestral e tem como objetivo “ser uma ponte entre pesquisa e ações de ensino teórico e laboratorial”<sup>5</sup>. Conforme os objetivos desta pesquisa, observamos edições entre 2009 e 2012. As seis edições analisadas apresentam artigos com temas variados referentes ao ensino e à pesquisa sobre Jornalismo e Comunicação. Nesse conjunto, foram localizados artigos sobre regulamentação da profissão, educação universitária, mercado de trabalho, convergência de mídia, ensino de rádio, telejornalismo, webjornalismo, jornalismo e entre outros.

A Comunicação Comunitária aparece em “Jornal comunitário e história oral: correlação em trabalho realizado na periferia de Campinas”, de Amarildo Carnicel (2010), o qual apresenta um projeto de extensão em Campinas. Mas o ensino de Jornalismo Comunitário na graduação não foi tema publicado nas edições da Revista. Percebe-se que, para além da contribuição de Carnicel quanto à Comunicação Comunitária – a qual, inclusive, versa sobre extensão e não propriamente ensino –, os artigos tratam do ensino, como era de se esperar na REBEJ, mas praticamente não aparece o ensino de Comunicação Comunitária. Podemos perguntar se a reflexão de docentes da disciplina não se expressa em artigos ou se os/as mesmos/as ainda não percebem a revista como um espaço para as suas preocupações de dia a dia na sala de aula ou mais amplas quanto à disciplina no conjunto de currículos e práticas.

<sup>4</sup> Informação do site da revista, disponível em 30 de janeiro de 2014 em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/about/ditorialPolicies#focusAndScope>

<sup>5</sup> Informações no site da revista disponível em 19 de maio de 2014 em: [www.fnnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/index](http://www.fnnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/index)

## CURRÍCULOS PELO BRASIL – TRAJETOS E RESULTADOS

Na segunda etapa da pesquisa, organizou-se um panorama nacional do ensino de Comunicação Comunitária nos cursos de jornalismo no Brasil. Para isso, foram visitados *sites* de cursos, faculdades e universidades, em busca dos currículos da graduação em Jornalismo ou em Comunicação Social – habilitação Jornalismo. Como amostra, onde se mostrou possível, pesquisou-se uma universidade pública – federal ou estadual – com curso de Jornalismo, em cada estado do País; onde não há curso gratuito, foram pesquisadas faculdades particulares.

Primeiramente, buscamos informações junto ao Ministério da Educação (MEC). Visitamos os endereços <http://mec.gov.br/> e <http://emec.mec.gov.br/> - em dias diversos, em especial em 1º de agosto de 2014. Verificamos que constam, no Ministério da Educação do Governo Federal, o registro de 420 cursos de Jornalismo ou de Comunicação Social – com habilitação em Jornalismo –, em todo o Brasil. De acordo com os procedimentos adotados para a presente pesquisa, tendo como base o site do MEC e seu sistema de busca, definimos uma lista de 27 cursos, sendo todos presenciais, um de cada Estado e Distrito Federal, preferencialmente gratuitos.

Com a visita aos sites das universidades, centros universitários, faculdades e cursos, verificamos, nos currículos dos cursos de graduação em Jornalismo ou Comunicação Social - Jornalismo, a existência da disciplina Comunicação Comunitária ou Jornalismo Comunitário ou outra com outro nome e ementa semelhante à de Comunitária. A partir dessas ações, elaboramos uma relação em que percebemos as universidades ou faculdades, a existência da disciplina Comunicação Comunitária (ou semelhante) de forma obrigatória nos currículos e de forma eletiva ou optativa; a existência de outras disciplinas (obrigatórias ou optativas) que trabalhem questões de cidadania; e universidades ou faculdades em que os currículos não apresentam as questões de interesse da pesquisa.

Percebemos que, dos 27 cursos pesquisados, em 05 a disciplina Comunicação Comunitária (ou semelhante) é obrigatória nos seus currículos; em 08, a disciplina Comunicação Comunitária é eletiva ou optativa; somando-se temos 13 cursos com Comunitária, como obrigatória ou não (o que é quase a metade dos selecionados). Em 17 cursos, existem outras obrigatórias, eletivas ou optativas que se relacionam com cidadania, os quais, somados com os 13 cursos que têm Comunitária, chega-se a 30, o que não representa a totalidade dos cursos selecionados, pois em 03 deles não se observou disciplinas relacionadas com cidadania (Comunitária ou outras); isso significa que em alguns cursos mais de uma disciplina tem essa especificidade, o que consideramos positivo.

Também é possível perceber que os cursos que têm a disciplina Comunicação Comunitária como obrigatória concentram-se nas regiões Norte e Nordeste do País. Ao lado disso, na região Sudeste, onde concentra-se boa parte dos cursos de jornalismo do País, a amostra tomada revela disciplinas relacionadas com cidadania (Comunitária ou outra) em 03 dos quatro cursos pesquisados. No Rio de Janeiro, Comunitária aparece como optativa; em São Paulo, idem e também o conteúdo de comunitária é

trabalhado em Laboratório de Iniciação ao Jornalismo. Em Minas Gerais, há disciplina relacionada diretamente com cidadania. Apenas no Espírito Santo não aparecem disciplinas com essa temática, conforme o que se tem nos currículos presentes no site da universidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da primeira etapa da pesquisa “Comunicação Comunitária, Formação de Jornalistas e Cidadania” foram aqui apresentados. Percebemos que a Comunicação Comunitária e o seu ensino como disciplina da graduação em Comunicação – em Jornalismo – ainda é assunto pouco presente nas revistas analisadas. O ensino (de Comunicação Social e de Rádio) é tema de dois artigos ao longo de quatro anos (oito edições) da *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Desses, apenas um destaca o contexto comunitário e sua importância no ensino de rádio. Na *E-Compós*, o ensino praticamente não aparece como tema. Na *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, o ensino em Comunicação e Jornalismo está presente, em acordo com o próprio objetivo da Revista, mas o ensino de Comunicação Comunitária está ausente.

Ressaltamos que entendemos a necessidade do exercício do direito à comunicação na sociedade contemporânea e a importância da formação de jornalistas que possam contribuir para a democratização da comunicação. As publicações científicas que serviram como fontes desta fase da pesquisa, porém, não focam o ensino da Comunicação Comunitária como tema de artigos ou resenhas.

Com base no currículo modelo proposto pela UNESCO, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo apontam a necessidade de inclusão de pontos atinentes à cidadania e à democratização entre os temas essenciais para a formação em Comunicação/em Jornalismo. Avaliamos que, no âmbito da produção de textos científicos, é preciso dar mais atenção a estudos que tenham como objeto questões vinculadas diretamente ao exercício cotidiano da cidadania e da democracia. A proposta desta investigação é contribuir para que a pesquisa no campo específico da Comunicação Comunitária possa abranger também o ensino do tema entre os elementos da graduação, com o objetivo de trabalhar junto pela construção do ensino, da pesquisa, da extensão e da prática profissional do jornalismo mais democrático e em prol da democracia.

Na segunda etapa da pesquisa, também aqui apresentada, investigando o site do MEC e de várias universidades, faculdades e centros, a partir dos 420 cursos registrados junto ao Ministério da Educação, elaboramos uma amostra com 27 cursos de Jornalismo, representando o Distrito Federal e os 26 estados do País. Na amostra percebemos a disciplina Comunicação Comunitária como obrigatória ou como eletiva em 13 cursos desse total de 27; também notamos em 24 desses cursos a existência de disciplinas que indicam contemplar conteúdos relativos à Comunicação para a Cidadania.

Ao olharmos a relação de cursos presente no site do MEC, com a observação de determinados itens ali expostos, são percebidas mudanças nos cursos, como por exemplo o nome Comunicação Social (com ou

sem a nomenclatura habilitação Jornalismo) passando para Jornalismo, o que significa a extinção de cursos e a criação de outros, certamente com alterações em seus currículos. Essa mudança, como também uma organização mais voltada para a cidadania, olhando-se para os sites do MEC e de universidade, é possível perceber. Avalia-se que tais ações nos cursos são feitas em função das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo, que, ainda que publicadas em 2013, já eram conhecidas em 2009.

#### REFERÊNCIAS

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa e LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. INTERCOM, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. SÃO PAULO, v. 35, n.1, janeiro/junho 2012, p. 253-274.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. *E-Compós*. Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011 - [www.e-compos.org.br](http://www.e-compos.org.br).

CARNICEL, Amarildo. Jornal comunitário e história oral: correlação em trabalho realizado na periferia de Campinas. *REBEJ - Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. Brasília, FNPJ, 2010, Vol. 1, n. 6, p. 33-58.

E-COMPÓS. Disponível em 30 de outubro de 2013 e 30 de janeiro de 2014 em <http://compos.org.br>

FADUL, Anamaria. *Indústria cultural e comunicação de massa. Série Ideias*, nº 17. São Paulo, FDE, 1994, p 53-59.

FERRARETTO, Luiz Artur. Ensino de rádio: uma proposta pedagógica no contexto da multiplicidade da oferta. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, Intercom, v. 32, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 129-146.

GROSSBERG, L.; WARTELLA, E.; WHITNEY, D.C.; WISE, J.M. *Media Making*. Thousand Oaks (CA), Sage, 2006.

LAHNI, Cláudia Regina. Reflexões iniciais sobre Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania, a partir de artigos na Intercom e na Compós. *Razón y Palabra*. México, abril-junio de 2014, n. 86, p. 1-19.

LUZ, Andréa Aparecida. Para que servem os cursos de Jornalismo? *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, Intercom, v.33, n.2, jul./dez. 2010, p. 259-262.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social. *XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Caxias do Sul, RS, Intercom, 2 a 6 de setembro de 2010.

MODELO CURRICULAR DA UNESCO para o Ensino de Jornalismo. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em 3 de maio 2014 em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001512/151209por.pdf>

MOREIRA, Sonia Virgínia. Espaços da Comunicação: a atualidade da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, Intercom, v.33, n.2, jul./dez. 2010, p. 17-32.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania*. 2 ed., Petrópolis (RJ), Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Natal, UFRN, Intercom, 2008.

\_\_\_\_\_. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). *Comunicação pública*. Campinas (SP), Alínea, 2004, p. 49-79.

PROJETO LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA. Acesso em 08 de junho de 2013 e 14 de junho 2014. Disponível em: [www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br)

RAMOS, Murilo Cesar. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, José e SATHLER, Luciano (orgs.). *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo, Umesp, 2005, p. 245-254.

RELATÓRIO da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Disponível em 12/junho 2014 em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf)

REVISTA Brasileira de Ciências da Comunicação. Acessos em 8, 9, 10, 11 e 12 de julho de 2013. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/index>

REVISTA Brasileira de Ensino de Jornalismo – REBEJ. Acesso em 22, 23 e 24 de setembro de 2012 e 29 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/noticias/pagina1/fnpj>

SOARES, Nicolau. A ditadura da grande mídia cala o país. *Caros amigos*, São Paulo, Caros Amigos, maio de 2013, p. 24-28.